



ISSN 2359-5051

# Revista Diálogos Interdisciplinares GEFPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar  
de Professores

## INCLUSÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO ESPECIAL: O PAPEL DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO E DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

## SCHOOL INCLUSION AND SPECIAL EDUCATION: THE ROLE OF THE LAW OF GUIDELINES AND BASES OF EDUCATION AND THE POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT

Welson Severino Cosme<sup>1</sup>

Rúbia Corrêa Ottoni<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho aborda a inclusão escolar e a Educação Especial, com foco na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Projeto Político-Pedagógico (PPP) como instrumentos de promoção de uma educação inclusiva. O objetivo principal é analisar como essas diretrizes contribuem para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) e identificar os principais desafios e boas práticas associadas à sua implementação. A metodologia utilizada foi de natureza bibliográfica, baseada na revisão de livros, artigos científicos e documentos legais relacionados à LDB, ao PPP e à Educação Especial. Os resultados indicam que, embora a LDB e o PPP forneçam uma base sólida para a inclusão, a falta de formação adequada para os professores, a escassez de recursos e a resistência cultural ainda representam desafios significativos. No entanto, boas práticas em algumas escolas demonstram que, com a implementação correta, essas diretrizes podem melhorar significativamente o ambiente educacional para alunos com NEE. Conclui-se que, apesar dos desafios, é possível promover uma educação inclusiva por meio da adaptação curricular e do apoio especializado, desde que haja investimento em recursos e formação continuada para os educadores.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico; Inclusão Escolar; Educação Especial.

### ABSTRACT

This work addresses school inclusion and Special Education, focusing on the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) and the Political-Pedagogical Project (PPP) as instruments to promote inclusive education. The main objective is to analyze how these guidelines contribute to the inclusion of students with special educational needs (SEN) and to identify the main challenges and good practices associated with their implementation. The methodology used was of a bibliographic

<sup>1</sup> Especialista em Gestão Escolar, Faculdade Educacional da Lapa - [welsonjesusok@gmail.com](mailto:welsonjesusok@gmail.com).

<sup>2</sup> Especialista em Educação Especial – AEE – UFMS/CPAQ- [rubiaottoni@gmail.com](mailto:rubiaottoni@gmail.com)



nature, based on the review of books, scientific articles and legal documents related to LDB, PPP and Special Education. The results indicate that while LDB and PPP provide a solid foundation for inclusion, lack of adequate teacher training, scarcity of resources, and cultural resilience still pose significant challenges. However, good practices in some schools demonstrate that, with the right implementation, these guidelines can significantly improve the educational environment for students with SEN. It is concluded that, despite the challenges, it is possible to promote inclusive education through curricular adaptation and specialized support, as long as there is investment in resources and continuing education for educators.

**Keywords:** Political-Pedagogical Project; School Inclusion; Special Education.

## 1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar, nos últimos anos, tem se consolidado como um dos principais pilares da educação contemporânea, refletindo o compromisso com a democratização do ensino e a garantia do direito à educação para todos, independentemente das particularidades individuais (Souza e Rodrigues, 2023).

Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, emerge como um marco legal fundamental para a estruturação da Educação Especial no Brasil, estabelecendo diretrizes que visam assegurar a inclusão escolar desses alunos (Brezekins, 2022). Paralelamente, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas desempenha um papel estratégico na implementação dessas diretrizes, configurando-se como um documento central que orienta as práticas pedagógicas inclusivas, promovendo a adaptação curricular e a criação de um ambiente escolar acolhedor e equitativo (Souza, 2024).

O presente trabalho delimita seu foco no papel da LDB e do PPP na promoção da inclusão escolar de alunos da Educação Especial, questionando como esses instrumentos contribuem efetivamente para a inclusão e quais são os principais desafios e limitações encontrados na sua implementação nas escolas brasileiras. A problemática central que orienta esta pesquisa pode ser assim formulada: até que ponto as diretrizes estabelecidas pela LDB e as práticas delineadas nos PPPs são eficazes na promoção de uma educação inclusiva para alunos com NEE?

Como possíveis respostas para essa problemática, levanta-se a hipótese de que, apesar de a LDB e os PPPs fornecerem uma base teórica e normativa robusta para a inclusão, a efetividade dessas políticas é frequentemente comprometida por fatores como a falta de formação adequada dos professores, a escassez de recursos e a resistência cultural em algumas escolas. Por outro lado, boas práticas em algumas instituições indicam que, quando há uma implementação adequada, essas diretrizes podem contribuir significativamente para a inclusão escolar.



O objetivo geral deste trabalho é analisar como a LDB e o PPP contribuem para a promoção da inclusão escolar na Educação Especial. Especificamente, busca-se examinar as diretrizes da LDB voltadas para a Educação Especial, discutir a importância do PPP na implementação de práticas inclusivas e identificar desafios e boas práticas na aplicação dessas políticas.

A metodologia adotada para a realização deste trabalho é de natureza bibliográfica, com uma abordagem qualitativa. Foram revisados e analisados livros, artigos científicos e documentos legais que tratam da LDB, do PPP e da Educação Especial, buscando-se construir uma compreensão aprofundada das diretrizes e práticas envolvidas na inclusão escolar.

## **2. A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela Lei nº 9.394/1996, é o principal marco regulatório do sistema educacional brasileiro, definindo os princípios, objetivos e a organização da educação no país (Peixoto et al, 2021). A relação da LDB com a Educação Especial reflete um avanço significativo na promoção da inclusão e da acessibilidade no ambiente escolar, garantindo o direito à educação para todos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas. Esta seção examina o histórico e evolução da LDB, os princípios da educação inclusiva nela contidos, as diretrizes específicas para a Educação Especial e sua relação com outras legislações e normativas correlatas (Brasil, 1996).

### **2.1 Histórico e evolução da Lei de Diretrizes e Base da Educação**

A LDB foi sancionada em 1996, substituindo a lei anterior de 1971, com o objetivo de adequar o sistema educacional brasileiro às novas demandas sociais e educacionais (Saviani, 2019). Inicialmente, a Educação Especial era tratada de forma segmentada, destinada principalmente aos estudantes com deficiências em instituições especializadas (Trica, 2007). Com o tempo, a LDB passou por diversas alterações que ampliaram o entendimento e o escopo da Educação Especial, reconhecendo-a como uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino (Silveira, 2015).

- De acordo com Brasil (1996) As principais alterações que influenciaram diretamente a Educação Especial incluem:
- A Lei nº 10.172/2001 (PNE 2001-2010), que estabeleceu metas para a inclusão escolar e a ampliação do atendimento educacional especializado (AEE);



- A Lei nº 12.796/2013, que alinhou a LDB às diretrizes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), reforçando o caráter inclusivo da educação ao determinar a oferta de Educação Especial preferencialmente na rede regular de ensino;
- E o Decreto nº 7.611/2011, que regulamentou a oferta do AEE, detalhando como ele deve ser oferecido de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, dentro das instituições de ensino.

Essa evolução legislativa demonstra um movimento progressivo da exclusão para a inclusão, refletindo um compromisso crescente com a equidade e o respeito às necessidades educacionais específicas de cada estudante.

## **2.2 Princípios da educação inclusiva na Lei de Diretrizes e Base da Educação**

Os princípios da Educação Inclusiva na LDB estão fundamentados na igualdade de oportunidades, respeito à diversidade e eliminação de barreiras à aprendizagem (Griboski, 2008). A LDB reconhece que a educação é um direito de todos e que o acesso à educação deve ser garantido em condições de igualdade, o que implica a adaptação dos sistemas educacionais para atender à diversidade de estudantes (Uchoa, 2024).

A LDB promove a inclusão ao garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham acesso ao ensino de qualidade (Freitas, 2014). Esse princípio se materializa na obrigatoriedade da matrícula de estudantes com deficiência nas escolas regulares, onde devem receber os apoios necessários para sua aprendizagem.

Ela reconhece e valoriza a diversidade, incentivando práticas pedagógicas que respeitem as diferenças e promovam um ambiente escolar acolhedor e inclusivo (Cunha Batista, 2024). Assim como a legislação enfatiza a necessidade de eliminar as barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais que dificultam ou impedem a participação plena dos estudantes com deficiência.

## **2.3 Diretrizes para a educação especial na Lei de Diretrizes e Base da Educação**

A LDB estabelece diretrizes claras para a oferta da Educação Especial, que deve ocorrer de forma integrada à rede regular de ensino, com suporte especializado para atender às necessidades específicas dos estudantes, como direito fundamental.

O atendimento Educacional Especializado (AEE), que é previsto como um direito dos



estudantes com deficiência, o AEE deve ser oferecido de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, preferencialmente no contraturno (Brito et al, 2023). Ele inclui a utilização de recursos e serviços pedagógicos e assistivos que favoreçam a inclusão e o desenvolvimento dos estudantes.

A formação de professores, pois a LDB destaca a importância da formação inicial e continuada dos professores para o atendimento das necessidades educacionais especiais, garantindo que eles estejam preparados para adotar práticas inclusivas e utilizar recursos pedagógicos adaptados (Vitaliano, 2010).

E adaptação do currículo e dos espaços escolares, pois as diretrizes também enfatizam a necessidade de adaptações curriculares e de infraestrutura, assegurando que o ambiente escolar seja acessível a todos (Amorim, 2024). Isso inclui desde a adequação de conteúdos e metodologias até a adaptação de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos.

## **2.4 Relação com outras legislações e normativas**

A LDB está em consonância com uma série de outras legislações e normativas que reforçam e complementam as diretrizes para a Educação Especial, como o estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), este estatuto, também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), é um marco na promoção dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo o direito à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino, com apoio especializado e sem discriminação (Brasil, 1996).

O Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024) estabelece metas específicas para a inclusão escolar, como a universalização do AEE e a formação de professores para o atendimento especializado, reforçando o compromisso do país com uma educação inclusiva e de qualidade (Brasil, 2015).

E a Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2008), que consolida a oferta da Educação Especial na rede regular de ensino, definindo diretrizes para a organização e o funcionamento do AEE, além de orientar a formação de profissionais e a adaptação dos espaços escolares (Ministério da educação, 2008).

## **3. A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS NAS ESCOLAS**

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento orientador que reflete a identidade da escola, guiando suas ações pedagógicas, organizacionais e administrativas (Moreira, 2021). Ele é



fundamental para o desenvolvimento de uma educação inclusiva, pois estabelece as diretrizes e os princípios que norteiam o trabalho escolar com vistas à promoção de um ambiente que respeite e valorize a diversidade. Esta seção aborda a definição e os objetivos do PPP, sua relação com a inclusão escolar, a importância da participação da comunidade escolar na sua construção e exemplos de práticas inclusivas planejadas e executadas através do PPP.

### 3.1 Definição e objetivos do projeto político pedagógico

O PPP é um instrumento que expressa a intencionalidade educativa da escola, refletindo suas concepções pedagógicas e os valores que orientam suas práticas (Guedes et al, 2017). Ele é elaborado de forma colaborativa, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, e deve ser revisado periodicamente para atender às mudanças e necessidades emergentes.

O documento define a organização curricular, as metodologias de ensino, as estratégias de avaliação e as ações administrativas, articulando todas essas dimensões com os princípios pedagógicos da escola (Grochoska, 2014). O documento expressa a missão, a visão e os valores da instituição, considerando as especificidades da comunidade atendida e refletindo a cultura escolar (Silva e Ide, 2009).

Ao definir as metas e as ações estratégicas para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, o PPP busca assegurar uma educação de qualidade para todos os estudantes (Oliveira, 2023). O PPP deve ser um instrumento de promoção da inclusão escolar, contemplando diretrizes que garantam o acesso, a permanência e o sucesso de todos os estudantes, especialmente daqueles com necessidades educacionais especiais (Fátima Minetto, 2021).

### 3.2 O projeto político pedagógico e a inclusão escolar

O PPP deve estabelecer metas específicas para a inclusão, como o aumento do número de matrículas de estudantes com deficiência, a redução das taxas de evasão desses alunos e a melhoria do desempenho acadêmico (Machado et al, 2020). O documento deve detalhar ações voltadas para a formação continuada dos profissionais da educação em temas relacionados à inclusão, a implementação de recursos pedagógicos adaptados, a adequação do currículo para atender a diferentes necessidades e a promoção de práticas pedagógicas diversificadas (Rodrigues, 2017).

Este documento deve prever a organização do AEE, incluindo a disponibilização de profissionais especializados, a adequação dos espaços escolares para o atendimento e a articulação do AEE com o ensino regular (Alvarenga et al, 2023).



Ao articular essas metas e estratégias, o PPP se torna um guia prático para a inclusão escolar, assegurando que as ações planejadas sejam implementadas de forma efetiva e sustentável.

### **3.3 Participação da comunidade escolar**

Gestores e professores devem colaborar na elaboração do PPP, trazendo suas perspectivas e experiências sobre as melhores formas de atender à diversidade na sala de aula. A participação ativa dos professores é especialmente importante, pois são eles que implementarão as estratégias definidas no documento.

A inclusão dos estudantes no processo de construção do PPP permite que suas vozes sejam ouvidas, garantindo que suas necessidades e sugestões sejam consideradas, o que é especialmente relevante para alunos com deficiência, que podem oferecer insights valiosos sobre as barreiras que enfrentam.

A participação dos pais e da comunidade fortalece o vínculo entre a escola e as famílias, promovendo um ambiente de apoio mútuo e compartilhamento de responsabilidades na promoção da inclusão escolar.

## **4. DESAFIOS E BOAS PRÁTICAS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR**

### **4.1 Principais desafios**

Muitos professores se sentem despreparados para lidar com a diversidade de necessidades educacionais em suas salas de aula, especialmente quando se trata de alunos com deficiência (Duek, 2010). A falta de materiais didáticos adaptados e tecnologias assistivas é um dos maiores entraves à inclusão (Stella, 2019). Muitos estudantes com deficiência necessitam de recursos específicos, como livros em braile, softwares de leitura de tela, dispositivos de amplificação sonora, entre outros, que nem sempre estão disponíveis nas escolas devido a limitações orçamentárias ou falta de acesso a esses materiais.

A infraestrutura física das escolas, muitas vezes, não é acessível para todos os estudantes pois, A ausência de rampas, elevadores, banheiros adaptados, sinalização adequada e outros recursos de acessibilidade física pode impedir que estudantes com deficiência tenham autonomia e segurança no ambiente escolar (Cardoso e Schneider, 2021).

As atitudes preconceituosas e a falta de conscientização sobre as potencialidades dos alunos com deficiência constituem um dos maiores desafios para a inclusão (Frias e Menezes, 2009).



Preconceitos, estigmas e a baixa expectativa sobre o desempenho desses alunos podem limitar suas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

## **4.2 Boas práticas inclusivas**

Apesar dos desafios, muitas escolas têm implementado práticas inovadoras e eficazes para promover a inclusão escolar. As boas práticas inclusivas se caracterizam por sua capacidade de respeitar e valorizar a diversidade, oferecendo suporte adequado para que todos os alunos alcancem seu pleno potencial (Mantoan et al, 2023).

As tecnologias assistivas são recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência, promovendo sua autonomia e inclusão (Bersch, 2008). Exemplos incluem softwares de leitura de tela para alunos com deficiência visual, aplicativos de comunicação alternativa para estudantes com autismo e pranchas de comunicação para alunos com deficiência motora ou de fala.

A aplicação de metodologias ativas e diversificadas, como aprendizagem baseada em projetos, salas de aula invertidas, ensino colaborativo e atividades interativas, pode atender às diferentes formas de aprendizagem dos estudantes (Fonseca, 2017). Essas metodologias permitem que os alunos trabalhem em seus próprios ritmos e estilos de aprendizagem, promovendo um ambiente mais inclusivo e dinâmico.

## **4.3 Parcerias e colaboração**

A implementação efetiva das políticas de inclusão escolar depende de um esforço colaborativo entre diversos atores, incluindo a escola, a família, os serviços de saúde e a comunidade (Mendes, 2023). A colaboração entre a escola e as famílias é crucial para a inclusão. As famílias conhecem as necessidades, os pontos fortes e os desafios de seus filhos e podem oferecer insights valiosos para a adaptação das práticas pedagógicas (Moreira, 2024). A comunicação regular e aberta, a participação em reuniões escolares e a co-construção de estratégias de apoio são fundamentais para uma inclusão bem-sucedida.

A integração com serviços de saúde, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e outros profissionais especializados, pode fornecer suporte adicional necessário para atender às necessidades específicas dos alunos (Souza, 2024). O apoio técnico e financeiro de órgãos governamentais é essencial para a implementação das práticas inclusivas (Heredero, 2010).

A comunidade local também pode desempenhar um papel importante na inclusão escolar,



oferecendo recursos, apoio e oportunidades de integração (Salamanca, 1994). Parcerias com empresas, ONGs e instituições de ensino superior podem ampliar as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para todos os alunos.

## **5. RELAÇÃO DAS PRÁTICAS INCLUSIVAS COM AS DIRETRIZES LEGAIS E PEDAGÓGICAS**

Nesta seção final, temos uma análise crítica dos achados referentes às práticas inclusivas observadas nas escolas, estabelecendo uma conexão com as diretrizes legais e pedagógicas vigentes no Brasil. A inclusão escolar, conforme orientada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Plano Nacional de Educação (PNE) e outras normativas, visa garantir o direito à educação para todos os estudantes, independentemente de suas condições e necessidades específicas. Este capítulo avalia como essas diretrizes têm sido implementadas nas escolas, o impacto das práticas inclusivas e propõe melhorias para fortalecer a efetividade das políticas de inclusão.

### **5.1 Avaliação da implementação das diretrizes legais**

A análise dos achados revela que, embora haja um avanço significativo na adoção de políticas de inclusão escolar, a implementação das diretrizes legais ainda enfrenta desafios consideráveis. As diretrizes legais estabelecem que a Educação Especial deve ser oferecida de forma transversal em todos os níveis e modalidades de ensino, com suporte necessário para a plena participação dos alunos com deficiência (Sousa, 2023). No entanto, na prática, a adoção dessas diretrizes varia amplamente entre as escolas, com alguns avanços e diversas lacunas.

Algumas escolas têm conseguido implementar com sucesso as diretrizes de inclusão, evidenciando práticas que refletem o compromisso com a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade (Cunha, 2021).

Exemplos incluem a presença de Atendimento Educacional Especializado (AEE) efetivamente integrado ao ensino regular, a adaptação curricular para atender às necessidades específicas dos alunos e a utilização de tecnologias assistivas que facilitam o aprendizado (Fantacini, 2012, p. 31).

Nesses contextos, o PPP tem desempenhado um papel crucial ao incorporar diretrizes claras para a inclusão e ao promover uma cultura escolar acolhedora e colaborativa.

No entanto, muitos estabelecimentos de ensino ainda enfrentam dificuldades na



implementação completa das diretrizes legais. A falta de formação específica para professores, a escassez de recursos pedagógicos adaptados e a infraestrutura inadequada permanecem como obstáculos significativos (Oliveira, 2022).

Além disso, as barreiras atitudinais, como preconceitos e baixa expectativa em relação ao desempenho de alunos com deficiência, ainda são frequentes, refletindo uma necessidade urgente de mudanças culturais e de maior conscientização sobre a inclusão (Santos e Falcão, 2020, p. 141).

Essas lacunas indicam que, embora as diretrizes legais forneçam uma base sólida para a inclusão, a aplicação prática requer mais suporte, tanto em termos de recursos quanto de capacitação dos profissionais da educação.

## 5.2 Impacto das Práticas Inclusivas

A análise do impacto das práticas inclusivas demonstra que, quando efetivamente implementadas, essas práticas geram benefícios significativos para todos os envolvidos na comunidade escolar. O impacto pode ser observado em várias dimensões:

Estudantes com deficiência que são apoiados por práticas inclusivas, como a adaptação curricular e o uso de tecnologias assistivas, geralmente apresentam melhor desempenho acadêmico, maior engajamento e autoestima (Daxenberger, 2019). A presença de um ambiente inclusivo também contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, como a resiliência, a empatia e a capacidade de trabalhar em equipe (Frimaio, 2024).

As práticas inclusivas têm um efeito positivo no clima escolar, promovendo um ambiente mais colaborativo, respeitoso e acolhedor (Costa Júnior, 2023). A inclusão de todos os estudantes em atividades escolares, eventos e tomadas de decisão ajuda a construir uma comunidade escolar mais unida e comprometida com os valores da diversidade e da equidade (Pappámikail, 2022). Professores, alunos e famílias que vivenciam uma cultura inclusiva relatam maior satisfação com o ambiente escolar e uma percepção positiva do papel da escola na promoção da cidadania e dos direitos humanos (Costa Júnior, 2023; Pappámikail, 2022).

No entanto, o impacto positivo das práticas inclusivas só é plenamente percebido quando há um compromisso consistente e recursos adequados para apoiar a implementação dessas práticas.

Para aprimorar a efetividade das políticas de inclusão escolar e superar as lacunas identificadas, são propostas as ações de fortalecimento da formação de professores; ajustes no projeto político-pedagógico da escola; ampliação e atualização dos recursos e suporte; promoção de parcerias e colaboração; e desenvolvimento de políticas públicas integradas (Veiga e Resende, 1998; Moraes, 2024, p. 52).

Em síntese, embora as práticas inclusivas nas escolas estejam alinhadas com as diretrizes legais e pedagógicas vigentes, ainda há um caminho a percorrer para que essas políticas sejam implementadas de forma plena e eficaz. A análise dos achados apontam para a necessidade de um esforço coordenado que envolva capacitação, recursos, adaptação das práticas escolares e uma cultura



de respeito à diversidade. Somente com a integração de todos esses elementos será possível assegurar uma educação inclusiva que realmente cumpra seu papel na formação de cidadãos plenos e participativos.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de uma revisão bibliográfica, foi possível observar que, embora essas diretrizes forneçam uma base sólida para a inclusão, a implementação prática ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de formação adequada para os professores, escassez de recursos pedagógicos adaptados e resistência cultural em algumas escolas.

Os resultados confirmam que, quando corretamente aplicadas, as políticas de inclusão têm o potencial de transformar o ambiente educacional, proporcionando condições mais equitativas e acessíveis a todos os estudantes. Contudo, o alcance dessas diretrizes é frequentemente comprometido por limitações estruturais e culturais. Dessa forma, o estudo reafirma a importância do investimento em formação continuada dos professores e na adaptação de currículos e recursos para atender à diversidade dos alunos.

Os objetivos gerais e específicos do trabalho foram alcançados, pois foi possível discutir as diretrizes da LDB e do PPP, assim como identificar boas práticas e desafios enfrentados na sua implementação. A metodologia bibliográfica utilizada foi suficiente para a realização do estudo, oferecendo uma análise ampla e embasada nas referências teóricas consultadas, que correspondem às expectativas iniciais.

## 7. REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Paula Cristina Ribeiro; MARANGONI, Ricardo Alexandre; DE BARROS MUNARI, Keiti. O Atendimento Educacional Especializado: As políticas públicas e seus desdobramentos na Educação Infantil: La atención educativa especializada: las políticas públicas y sus desdoblamiento en la educación infantil. **Revista Cocar**, n. 19, 2023.

AMORIM, Hellen Raquel Ferreira de. **Educação e Serviço Social**: uma análise sobre educação inclusiva de crianças com síndrome de down. 2024.

BATISTA, Moésia Cunha et al. Lei de diretrizes e bases da educação: fundamentos e impactos na educação brasileira. **Revista Ilustração**, v. 5, n. 9, p. 55-72, 2024.



BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: CEDI, v. 21, 2008.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) . Acesso em: 02 Ago. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 : Linha de Base**. – Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/plano-nacional-de-educacao/plano-nacional-de-educacao-pne-2014-2024-linha-de-base> . Acesso em: 05 Ago.2024

BRITO, Maria Durciane Oliveira et al. Um estudo bibliográfico sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado-AEE para alunos surdos. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 7, p. 276-285, 2023.

BRZEZINSKI, Iria. **LDB 1996 vinte anos depois: projetos educacionais em disputa**. Cortez Editora, 2022.

CARDOZO, Raphael Demóstenes; SCHNEIDER, Gabriela. Acessibilidade arquitetônica, deficiência física e o direito à educação. **Olhar de Professor**, v. 24, p. 01-23, 2021.

CUNHA, Maria Rita de Cássia. **O aspecto afetivo e sua importância na aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais na inclusão da educação infantil**. Tese de Doutorado. Escola Superior de Educação João de Deus, 2021.

DAXENBERGER, Ana Cristina Silva; POLIA, Andreza Aparecida. **Inclusão: Do Discurso às Práticas Educacionais**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2019.

DUEK, Viviane Preichardt; BEZERRA, Josenildo Soares. Concepções de futuros professores sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Educação em Questão**, v. 38, n. 24, 2010.

FANTACINI, Renata Andrea Fernandes; OLIVEIRA, Cristiane Moço Canhetti. Tecnologia Assistiva: as contribuições da comunicação alternativa para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência atendidas pelo AEE. **Acessibilidade na Escola Inclusiva: Tecnologias, Recursos e o Atendimento Educacional Especializado**, p. 103, 2012.

FONSECA, Sandra Medeiros; MATTAR, Joao. Metodologias ativas aplicas à educação a distância: revisão da literatura. **Revista EDaPECI**, v. 17, n. 2, p. 185-197, 2017.

FREITAS, Patrícia Ramos de. **O papel da gestão escolar na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais**. Monografia. UNB, 2014.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton; MENEZES, Maria Christine Berdusco. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais**. Dia a Dia Educação. Disponível em: <http://diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf> Acesso em: 20 jun. 2024.

FRIMAIO, Fabíola de Fátima Andrade et al. Competências socioemocionais na educação física



escolar: um caminho para a inclusão. In: **Educação especial e inclusiva: perspectivas e reflexões contemporâneas**. c.10 p. 153. 2024.

GRIBOSKI, Cláudia Maffini et al. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008.

GROCHOSKA, Marcia Andreia. **Organização escolar: perspectivas e enfoques**. Editora Intersaberes, 2014.

GUEDES, Josenilson Viana; SILVA, Angela Maria Ferreira da; GARCIA, Luciane Terra dos Santos. Projeto político-pedagógico na perspectiva da educação em direitos humanos: um ensaio teórico. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 98, n. 250, p. 580-595, 2017.

HEREDERO, Eladio Sebastian. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum. Education**, p. 193-208, 2010.

JÚNIOR, João Fernando Costa et al. A importância de um ambiente de aprendizagem positivo e eficaz para os alunos. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 6, p. 324-341, 2023.

MACHADO, Gabriel Costeira; OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de; FREITAS, Tiaraju Alves de. **Avaliação do impacto dos benefícios de assistência estudantil sobre o desempenho acadêmico: o caso da Universidade Federal do Rio Grande**. 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. Summus editorial, 2023.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. EdUFSCar, 2023.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. Editora Intersaberes, 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> . Acesso em: 27 jul. 2024

MORAIS, Francisca Renata Chaves de. **Avaliação do atendimento educacional especializado (AEE) como política pública de inclusão nas escolas do município de Horizonte-CE**. 2024.

MOREIRA, Flavia Daniela dos Santos; WALTER, Catia Crivelenti de Figueiredo. **Objetos de referência para crianças com deficiência múltipla sensorial visual**. Editora CRV, 2024.

MOREIRA, Uly Alves. **Projeto Político-Pedagógico: instrumento de mediação para a formação de uma racionalidade crítica**. Trabalho de dissertação. UFC, 2021.

OLIVEIRA, Claudia Pereira. **Inclusão Escolar: Desafios e expectativas**. Trabalho de dissertação. Faculdade de psicologia e de ciências da educação da Universidade do Porto, 2022.



OLIVEIRA, Ellen Aparecida Souza de. **O papel da gestão de pessoas e gestão de processos para a garantia de uma educação de qualidade.** 2023. Trabalho de conclusão de curso. Centro Universitário São Camilo, 2023.

PAPPÁMIKAIL, Lia; PAZ-BEIRANTE, David; CARDOSO, Inês. **Conjunto de materiais: educação Inclusiva-Módulo 2: diversidade, equidade e Inclusão.** 2022.

PEIXOTO, Maria; CARMO, de Lacerda; PINTO, Jane Cristina da Silva. Marco regulatório da educação superior brasileira. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 32, 2021.

ROCHA, Sabrina Trica de. **Pessoas com deficiência no Brasil: um estudo de caso.** 2007

RODRIGUES, Jaqueline Fonseca et al. As adequações curriculares para a educação inclusiva através do Projeto Político Pedagógico da Escola. **PROJEÇÃO E DOCÊNCIA**, v. 8, n. 1, p. 46-58, 2017.

SALAMANCA, Declaração. **Princípios, políticas e prática em educação especial.** Espanha:[Sn], 1994.

SANTOS, Geandra Claudia Silva; FALCÃO, Giovana Maria Belém. **Educação especial inclusiva e formação de professores: Contribuições teóricas e práticas.** Editora Appris, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **A lei da educação: LDB: trajetória, limites e perspectivas.** Autores associados, 2019.

SILVA, Ana Paula; IDE, Maria. Estudo e análise do processo de implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola localizada na Comunidade Quilombola de Agreste. **Educação, Escola & Sociedade**, v. 2, n. 2, p. 51-83, 2009.

SILVEIRA, Tatiana dos Santos. **Política de inclusão no ensino superior na modalidade EAD nas universidades privadas.** 2015.

SOUZA, Addan Tritty Rezende de.; et al. **A Educação do Campo e o Documento Curricular para Goiás Ampliado – Anos Finais do Ensino Fundamental: Uma Análise da Organização Curricular no Município de Itaberaí (2014–2024).** 2024.

SOUZA, Paulo Rogério. **O Atendimento Educacional Especializado na Educação Especial inclusiva: histórico, políticas e desafios.** Editora Licuri, p. 48-60, 2023.

SOUZA, Raubete da Silva; PAIVA, Renata de Souza Ribeiro. Educação inclusiva: demandas, atribuições e desafios de profissionais da pedagogia com alunos do espectro autista. **Revista Científica Doctum: Educação**, v. 1, n. 11, 2024.

SOUZA, Vinícius Garcia Rodrigues; RODRIGUES, Thiago Donda. Direitos escolares e educação inclusiva. **Educere-Revista da Educação da UNIPAR**, v. 23, n. 2, p. 847-864, 2023.

STELLA, Larissa Ferreira; MASSABNI, Vânia Galindo. Ensino de Ciências Biológicas: materiais didáticos para alunos com necessidades educativas especiais. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 25, p. 353-374, 2019.



UCHOA, Mikaela Almeida et al. **Análise documental das políticas públicas educacionais previstas na legislação brasileira voltadas para discentes autistas**. Especialização em educação e trabalho docente. IF Goiano, 2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; DE RESENDE RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Papirus Editora, 1998.

VITALIANO, Célia Regina. **Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. SciELO-EDUEL, 2010.